

CAPÍTULO 18

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO FERRAMENTA DE ENSINO PERSONALIZADO NA FORMAÇÃO DO ALUNO

Ozeni Ferreira da Silva

Cursando o Projeto de Extensão "Diálogos necessários entre Profissionais da Educação Básica Regular e Profissionais das APAEs de Mato Grosso do Sul com Vistas a uma Educação por Valores e Inclusiva". Especialista em AEE e Salas de Recursos Multifuncionais pela Faculdade Futura. Professora do AEE em Sala de Recursos Multifuncional da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul. E-mail: ozenifs@hotmail.com

Kesley Torres dos Santos

Cursando o Projeto de Extensão "Diálogos necessários entre Profissionais da Educação Básica Regular e Profissionais das APAEs de Mato Grosso do Sul com Vistas a uma Educação por Valores e Inclusiva". Graduando 5º semestre em Pedagogia. E-mail: kesley.torres@ufms.br

Luciane Porto Frazão de Sousa

Pós doutoranda em Ciências Humanas pela Logos University International, Doutora em Educação pela University of California, pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de Educação Especial, Inclusiva e Diversidades/PPGE-UniLogos, Observatório Interdisciplinar _ Teoria e Prática na Formação de Professores/PPGE-UniLogos, Professora Associada da Logos University. Professora do Instituto IEPSIS _ Instituto de Educação e Pesquisa em Saúde e Educação. Especialista em Atendimento Educacional Especializado. Psicopedagoga CBO 2394-25 CRPp 638. Consultora Educacional. Coordenadora na RIOincludi_Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro. E-mail: lufraza07@gmail.com

RESUMO

O Plano Educacional Especializado (PEI) é uma ferramenta de ensino desenvolvida para atender o público-alvo da Educação Especial (PAEE) ou algum aluno que não tenha desenvolvimento escolar satisfatório segundo o currículo padrão da unidade de ensino, mesmo com todos os esforços de docentes para ensiná-lo. O objetivo dessa pesquisa é analisar os processos de elaboração e implementação do PEI, na Educação Básica, aplicada a estudantes PAEE ou que apresentam algum transtorno funcional e/ou cognitivo específico. Dessa forma, foi realizada uma revisão sistemática da literatura acerca do tema, através de artigos científicos publicados nas plataformas Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico preferencialmente nos últimos 10 anos, escritos nas línguas inglesa e portuguesa. Após análise

dos artigos observou-se que o PEI é um instrumento efetivo ao introduzir práticas pedagógicas auxiliadoras na rotina de ensino. Porém há uma incipiência na literatura relacionada à produção de conhecimento sobre o PEI e a forma de planejar e executar por parte da equipe do Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas. Conclui-se que a falta de um Plano Individualizado, pode dificultar a inclusão escolar, levando a um desempenho insatisfatório dos alunos e pouco avanço na sua caminhada escolar e social. Justamente por esse motivo mais formações devem ser implementadas acerca da inclusão e execução do PEI no ensino.

Palavras-Chave: Educação Especial. Formação Docente. Plano Educacional Individualizado. Atendimento Educacional Especializado

INTRODUÇÃO

A imaginação contemporânea tem exigido dos educadores novas estratégias e propostas curriculares a fim de garantir o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem que atendam às peculiaridades e diferenças apresentadas pelos alunos (AMORIM, 2019). Assim, o Plano Educacional Especializado (PEI) pode ser um instrumento que favoreça os processos inclusivos no ambiente escolar.

Indo ao encontro, Barros (2019) afirma que o PEI se identifica como uma ferramenta pertinente para auxiliar a prática pedagógica por meio de planejamentos e reavaliações contínuas. E sua estruturação sofrerá tanto adaptações curriculares específicas quanto implementação de novas metodologias de trabalho com o indivíduo. Essa forma de planejamento contribui no sucesso desse processo, de maneira que qualquer pessoa que apresente características específicas de aprendizado, estando em uma escola regular ou especializada, poderá se beneficiar do conhecimento.

Valadão (2014) reafirma que o PEI é para aquele estudante que, em razão da sua condição de público-alvo da educação especial (PAEE) ou de algum outro transtorno funcional específico, não se enquadra satisfatoriamente ao currículo padrão da escola, onde, mesmo com o empenho dos docentes não é possível que ele aprenda e se desenvolva. Portanto, pode ser necessária uma intervenção personalizada e diferente daquela ofertada aos demais alunos.

Levando em consideração tais prerrogativas, objetivamos aqui abordar conceitualmente as práticas pedagógicas dirigidas a alunos com Deficiência, utilizando a ferramenta Planejamento Educacional Individualizado, e se possível pontuar a dificuldade em utilizar as estratégias pedagógicas elaboradas no PEI.

A metodologia utilizada nesta revisão de literatura foi uma busca nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: PEI, Plano Educacional Individualizado, Planejamento Educacional Individualizado e Plano de Ensino Individualizado.

Após selecionados seguiu-se as determinadas etapas de elaboração, como: identificação da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados, e apresentação da revisão que contemple uma amostra da importância do PEI na aprendizagem de estudantes que necessitam de uma abordagem personalizada de educação.

Breve histórico sobre o plano educacional individualizado

O conceito de planejar o plano educacional individualizado na educação como estimulador de avanços na aprendizagem dos estudantes se inicia com a própria educação ocidental, é possível constatar que, desde os primórdios, a educação começa de maneira elitizada, segregada e individualizada. Pontua-se que a Educação Especial, foi iniciada no final do século XVI e começo do século XVII, quando Jean Itard defendia uma pedagogia para todos, baseada na observação e experimentação de método que permitia a percepção do desenvolvimento de cada aluno e de suas semelhanças.

Reforçando, após um século a literatura científica vem sendo cada vez mais incisiva quanto ao planejamento educacional individualizado para aperfeiçoar o percurso de desenvolvimento dos alunos para nortear na sala de aula e na escola, garantindo o resultado esperado no processo de escolarização. Porém, segundo Lima (2018) a Educação Especial mudou ao longo dos anos e pode se identificar em três fases a iniciar pela fase da exclusão do seu público de qualquer tipo de escolarização, passando pela fase da segregação escolar, em que esse público começou a frequentar instituições com objetivos educacionais pedagógicos, num sistema paralelo em relação à educação geral, e, por fim, chegando à última fase de inclusão escolar, que é a escolarização do seu público-alvo no mesmo sistema de ensino dos outros alunos. Ao longo dessas duas últimas fases, em que já se parte do princípio do direito à educação dessa população, é que começa a necessidade de planejar o ensino para que esses estudantes que antes não tinham espaços nas escolas e hoje incluídos tenham seus direitos e espaços garantidos no ambiente escolar e na sociedade, respeitando e valorizando seu limite e potencial diferenciado.

Com base no movimento de escola-novista, foram realizadas reformas pedagógicas, permitindo-se, ainda, a inserção das pesquisas e práticas da psicologia na educação. Pesquisadores e educadores como Maria Montessori, Seguin, Binet e Simon deram a base para a educação e, conseqüentemente, para o currículo das instituições que recebiam o alunado PAEE da época (MAGALHÃES, 2018).

Além do surgimento dos primeiros documentos sobre direitos humanos no mundo ocidental, a fase da inclusão escolar começa a ganhar força. Com base em diagnóstico de impedimentos a integração de inclusão

escolar e social com o foco de PEI como planejamento de desenvolvimento do indivíduo com a importância de evitar rótulos (O' BRIEN E O'BRIEN, 2000).

Com mudança no foco do PEI para o PAEE. De início, esse era baseado nos modelos médico e psicopedagógico de deficiência, estando o foco do diagnóstico centrado nos impedimentos, tendo em vista que a necessidade do atendimento. Inicia pela integração e, posteriormente pela inclusão escolar e social, o foco do planejamento passou a ser o próprio indivíduo e suas particularidades.

Consta na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, inciso I, prevê que os estudantes devem ter assegurado o PAEE, pelos sistemas de ensino, os “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Bem, como no Decreto de 17 de setembro de 2008, Nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado – AEE.

Assim, como a Lei nº 13.148, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visando a inclusão social e cidadania que assegura direitos e liberdades fundamentais e promove condições de igualdade visando à sua inclusão e cidadania. Surgem, em diferentes países, legislações federais com dispositivos referentes ao PEI, que preconizam a escolarização de pessoas PAEE em escolas comuns e privadas que diminuem a demanda de planejamento centrado na instituição, ampliando a demanda pelo planejamento centrado no aluno.

EXECUÇÃO DO PEI EM OUTROS PAÍSES

Nos Estados Unidos, Itália e França, o processo de inserção escolar de pessoas com deficiência pressupõe um planejamento personalizado, individual, que definirá como serão organizados o processo de ensino-aprendizagem e o percurso educacional do aluno, haja vista que, nesses países, requisitos legais e regulamentos oficiais garantem esse tipo de procedimento, segundo Valadão (2010).

O autor citado descreve que, especificamente, nos Estados Unidos, o PEI faz referência aos aspectos adaptados ou modificados do programa educacional e centra-se na atenção sobre as necessidades pedagógicas. Mesmo que os alunos também apresentem outras necessidades educacionais que não exigem o mesmo grau de intensidade de planejamento e monitorização, as mesmas são identificadas no PEI. Nem todos os aspectos da vida escolar e do currículo precisam ser modificados para os alunos com deficiência.

A estrutura de adequação e apoio irá variar de acordo com as necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno, podendo os mesmos com necessidades mais complexas exigirem modificações educacionais mais elaboradas. Já na Itália, por exemplo, o PEI deve estar em acordo com os objetivos educacionais organizados para atender às capacidades, às habilidades e às potencialidades dos alunos com deficiência,

incluindo objetivos didáticos, de reabilitação, além dos aspectos sociais. A ideia é oferecer ao aluno uma diversidade de condições, com outras atividades extracurriculares, para favorecer a transição para o trabalho, a vida adulta e a escola técnica ou o ensino superior universitário

Na França, por sua vez, o PEI determina precisamente os procedimentos tanto para a conduta da escolarização e das ações pedagógicas quanto para as ações psicológicas, educativas, sociais, médicas e paramédicas, a fim de satisfazer as necessidades dos alunos com deficiência. Apesar dessa tendência padronizada dos modelos, ainda assim se percebe, pelo menos, uma variação entre os modelos de planejamento centrado no aluno, que se refere à abrangência ou ao escopo do planejamento. A esse respeito, o modelo que mais se diferencia é o da França, por ser mais abrangente, envolvendo a necessidade de avaliações mais globais e abrangendo não apenas a escola, mas a vida em sociedade como um todo. Ademais, o modelo francês não é restrito à idade de escolarização, mas abrange todo o ciclo vital da pessoa.

Embora, nos demais países, tais benefícios sociais das pessoas com deficiência estejam garantidos em leis, como, por exemplo, o benefício de prestação continuada no Brasil, a diferença, em se tratando da França, é que naquele país há uma política mais integrada, de responsabilidade de uma única instituição, que são as chamadas “*maisons departamentales du handicap*”, responsáveis pela avaliação e pelo planejamento de todos os suportes de que o aluno precisa. Nos demais países, há uma distribuição dessas responsabilidades entre setores educacionais, de saúde, da assistência social, do trabalho etc., e disso decorre uma fragmentação dos serviços que dificultam avaliar o quanto as políticas de fato caminham para garantir os direitos sociais das pessoas com deficiência.

CONCEITO E CONSTRUÇÃO DO PEI

No Brasil, constata-se a existência de indicações em algumas leis estaduais e municipais, particularmente do começo dos anos 2000, garantindo o plano educacional que assume nomenclaturas diversas, tais como: plano de desenvolvimento individualizado — PDI — e plano de atendimento individualizado — PAI (SANTOS, 2020). Então, planejamento educacional pode ser compreendido como as ações prioritárias que devem ser realizadas em uma pequena região, de acordo com os recursos locais e visa a contemplar as necessidades da população à qual ele é direcionado. Já o currículo formal já existente é o conteúdo padrão e oficial programado para todos os estudantes de uma classe, independentemente de sua limitação ou especificidade (PEREIRA, 2018). Assim, o PEI quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante PAEE, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Santos (2020), além dos dados que identificam o estudante, no PEI devem ser registradas as suas necessidades educacionais especiais, suas habilidades e dificuldades, os objetivos e metas esperados e como alcançá-los, os métodos e critérios de avaliação destinados a garantir ao estudante o direito à educação, incentivando sua inclusão, autonomia, melhoria das habilidades sociais e desenvolvimento de aprendizagem. O plano também deve explicitar todas as intervenções e adaptações voltadas para a aprendizagem do aluno, de forma compartilhada por todos os sujeitos nele envolvidos

Por fim realizar o Relatório Circunstanciado, onde consta informações a respeito de ingresso do aluno na instituição, quanto tempo matriculado, reprovação, rendimento, se precisou de adaptações curriculares, tem diagnóstico de patologias, precisa de acompanhante, interage bem com outras pessoas, entre outras perguntas nessa temática. O documento também deve incluir informações sobre o desempenho escolar do aluno e de que forma a necessidade educacional especial afeta a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento diante do currículo padrão. Essas informações podem ser obtidas a partir dos resultados das avaliações, do dever de casa e da observação dos pais, professores e outros profissionais da escola (LIMA, 2018).

Apresentar um laudo clínico que indica a condição de público-alvo da Educação Especial ou a presença de algum transtorno funcional específico não significa que o estudante terá um PEI. Há pessoas nessa situação que apresentam avanço na aprendizagem e no desenvolvimento diante de um planejamento padrão pensado para toda a turma. Desse modo, quando o currículo padrão da escola atende adequadamente, não será necessário intervir por meio de ações individualizadas.

No caso de intervenção por meio do PEI, ela deve ser iniciada o mais cedo possível. Em relação ao estudante calouro, o primeiro passo da escola é sua identificação como PAEE ou com algum transtorno funcional específico. Nesta seção, apresentamos um modelo de fluxo de trabalho, constituído por cinco passos sequenciais com a finalidade de identificar previamente o estudante PAEE ou com algum transtorno funcional específico e, se for o caso, avaliar sua elegibilidade ou não ao planejamento individualizado. Muitas vezes o PEI é elaborado somente pelos docentes do aluno, mas não cabe apenas a eles a responsabilidade pelo documento, que deve ser formulado em equipe, em um trabalho colaborativo por meio dos diferentes sujeitos da escola, além da família e do aluno, quando for possível sua participação

Nesse mesmo grau de importância está a participação dos vários atores que auxiliarão a escola a ter um olhar sobre o aluno nos seus diferentes contextos de vida, como os especialistas extraescolares, os quais realizam ou já realizaram atendimento ao aluno a quem será dirigido o PEI. Esses são os principais sujeitos que devem se envolver nos trabalhos com o plano

É muito importante que o PEI não seja elaborado de forma isolada, já que o documento requer o compartilhamento de vários saberes, um complementando o outro. O trabalho colaborativo é uma das estratégias que pode favorecer a inclusão. Desse modo, trabalhar com o planejamento individualizado tem sido um desafio para muitos educadores. Portanto, investir na formação desses profissionais é uma necessidade contínua.

A formação continuada em educação especial é essencial não apenas para os docentes, mas para todos os educadores que querem se tornar inclusivos. Para se trabalhar com um planejamento educacional individualizado realmente efetivo é fundamental uma ação colaborativa entre vários sujeitos, e não uma ação restrita do docente

Outro fator essencial nos trabalhos com o PEI é o conhecimento do estudante a quem o plano será dirigido e do seu contexto escolar e territorial. É preciso conhecer suas NEEs e suas habilidades, capacidades, dificuldades etc., além de compreender como a escola se organiza, quais recursos humanos, materiais etc. ela dispõe e conhecer a rede de apoio ao PAEE. Tudo isso é necessário para se planejar ações que correspondam às especificidades do estudante.

BENEFICIADOS COM O PEI

Como uma ferramenta norteadora que intermedia a trajetória acadêmica e pessoal do público-alvo da educação especial no processo de ensino aprendizagem no âmbito das escolas brasileiras, e com a finalidade educacional específica de uma reflexão, ao implementar as necessidades com conhecimentos prévios, potencialidades, limites e habilidades dos estudantes

O PEI é uma construção que cumpre o papel de planejar, desenvolver e avaliar ações específicas para o estudante no PAEE. Além do público-alvo da educação especial, deve também ser proposto para aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos, como a dislexia, a discalculia, o TDAH etc. requeiram uma intervenção com ações individualizadas.

As estratégias individualizadas utilizadas no ensino como guia, não deve ser confundida com o ato de segregar. Deve, sim, ser entendida no sentido de incluir tal público, oferecendo a mesma oportunidade de aprendizagem dos demais estudantes, porém, com adequações que torne efetiva a sua participação, atendendo às várias especificidades do seu desenvolvimento, sendo elas de natureza neurológica, comportamental, cognitiva ou sensorial. E, portanto, devem estar contextualizadas às ações dirigidas à turma em que esse estudante está inserido (MASCARO, 2018)

DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI

Ocorre a necessidade de o sistema assegurar o plano de atendimento educacional especializado (AEE), sendo essa responsabilidade

atribuída ao professor do AEE de elaborar e executar o plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.

Com base em resoluções o professor especializado, que atue em Sala de Recursos, Inerência ou classe regida pelo professor especializado, deve elaborar e desenvolver o Plano de Atendimento Individualizado com base nas dificuldades e limitação apresentadas, com o objetivo de relatá-los e caracterizá-los.

Valadão (2014) analisou 200 planos de AEE de um município do interior do estado de São Paulo, elaborados entre os anos de 2011 e 2012, com o objetivo de relatá-los e caracterizá-los. Os achados da pesquisa evidenciaram que os preenchimentos desses documentos pareciam ser feitos por mera formalidade, pois foram encontrados:

- Repetições, independentemente da série/ano e/ou do tipo de categoria de deficiência em que esse aluno estava inserido;
- Incoerências, como, por exemplo, o profissional mais utilizado era o profissional de apoio, mas, quanto à parte do plano de AEE que previa que o professor de AEE deveria orientá-los, não havia nenhuma informação na maioria dos planos;
- Ausências no preenchimento desses documentos, pois apenas um terço dos alunos PAEE do município tinham esse documento preenchido de forma concisa.

Independentemente da série/ano e/ou do tipo de categoria de deficiência em que esse aluno estava inserido ao ser preenchido os documentos, alunos PAEE do município tinham esse documento preenchido de forma concisa.

Além disso, os resultados indicaram que muito do que se fazia sobre esse plano, nessa temática, se centrava no planejamento das ações do professor da sala de recurso multifuncional — SRM, ou no AEE, enquanto não era evidenciada a relação com o ensino ofertado em classe comum de forma colaborativa.

A legislação educacional brasileira, a LDB n. 9394/96, reformulada em 2013, traz um mecanismo que garantiria um certificado de escolaridade, denominado como finalidade seria a de comprovar grau de escolarização. Entretanto, se a aprendizagem desses alunos não for devidamente avaliada e planejada, o certificado de terminalidade específica pode, além de mascarar o fracasso escolar, excluir da escola estudantes que não avançam para o ensino médio e no futuro serão impedidos de continuar por falta de aquisição de conhecimento que perpassa a educação básica ao ensino superior em determinadas áreas da aprendizagem dificultando a dar continuidade. Mas se os alunos apresentarem o PAEE, com o roteiro registrado todo percurso de sua escolarização, será oferecida a continuidade do seu conhecimento acadêmico com qualidade.

Com base na Resolução n. 4, em 2009, no Art. 1º implementa o Decreto nº 6.571/2008, é mencionada que os sistemas de ensino devem

matricular os alunos com deficiência nas classes comuns regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou Instituição comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Sendo assim, essa responsabilidade atribuída ao professor do AEE, em elaborar e executar plano de estratégias com recursos de acessibilidades que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. Sendo essencial o uso do documento norteador o PEI como ferramenta de continuidade ao processo ensino e aprendizagem dos estudantes em suas limitações, dificuldades e habilidades. Porém pode-se fazer uso desse plano para acompanhar demais estudantes em suas limitações educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como se pode perceber, mesmo em países que já instituíram a prática do PEI, a educação apropriada de pessoas PAEE ainda não está devidamente garantida, porque os planos nem sempre são bem elaborados, ou, se o são, nem sempre são seguidos conforme planejado. Entretanto, em contextos em que não há nenhuma garantia de se ter um PEI, a pessoa PAEE certamente não terá meios de assegurar seu direito à educação.

Portanto as etapas de realização do PEI se baseiam na identificação do aluno, o que é possível adaptar no currículo do mesmo e as modificações que isso resultaria na vida acadêmica do indivíduo. Nessa fase necessita da avaliação diagnóstica do docente com a finalidade de definir o nível de desempenho e as habilidades pertinentes ao estudante.

Um segundo passo é a avaliação, determinar as necessidades educacionais do aluno e suas limitações para realizá-las. Pontuar o nível de comunicação oral, leitura, escrita e cognitivo. Por fim a implementação, onde os docentes já elaboraram os conteúdos a serem trabalhados, estratégias, materiais e a promoção do ensino de qualidade e individualizado.

O fluxograma exemplificando essas fases pode ser observado na Figura 1.

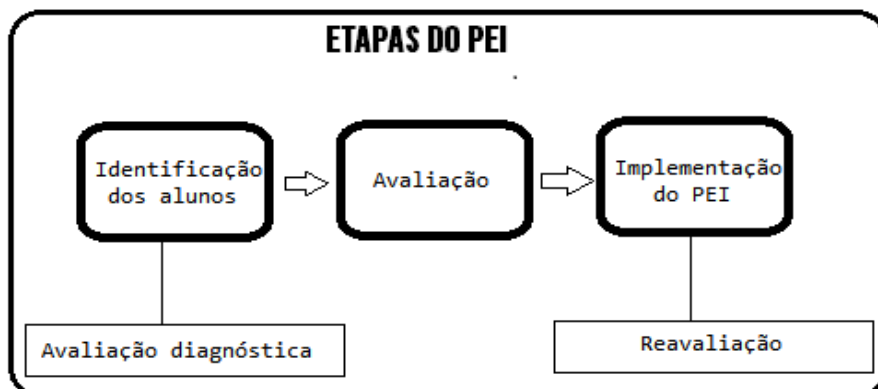


Figura 1 – Fluxograma das etapas de elaboração do PEI

Se continuar o planejamento do ensino desses alunos de modo independente, na classe comum e nos serviços especializados, vamos ainda produzir muitos estudos para constatar que há queixas recorrentes de que esses alunos não estão avançando no processo de escolarização, que a escolarização para eles tem apenas função de socialização, que os professores da classe comum não sabem como ensiná-los, que alunos adolescentes e adultos precisam tomar um rumo e sair da escola básica, enfim, reforçando a descrença de que a escola comum seja afinal o melhor lugar para escolarizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de inclusão escolar no Brasil tem levado ao crescimento contínuo de matrículas dos alunos PAEE nas escolas públicas regulares. O Brasil não possui dispositivos na legislação federal que garantam que tais estudantes tenham um PEI baseado em suas peculiaridades e, na prática, esse tipo de planejamento tem sido centrado apenas nos serviços das salas de recursos multifuncionais e nos centros de atendimento educacional especializado, portanto em época de política de Inclusão Escolar, temos um plano elaborado ao PAEE que é típico da fase da segregação educacional.

De acordo com o explanado no artigo, reitera-se a percepção de que a elaboração e aplicação do PEI pode ser uma estratégia efetiva para nortear a organização curricular no sentido de impulsionar o desenvolvimento social e acadêmico de alunos das escolas públicas com necessidades especiais, bem como, apoiar suas perspectivas de inclusão escolar e laboral.

Após as análises, espera-se que o PEI, ao ser elaborado de forma colaborativa entre colaboradores, professores regulares e a equipe do AEE das escolas públicas seja um instrumento efetivo ao introduzir práticas pedagógicas auxiliadoras na rotina de ensino. Visto ainda, que há necessidade de se ampliar os estudos do PEI, com a finalidade de validar sua

aplicação. Sugere-se então, para investigações futuras, o aperfeiçoamento do método proposto neste estudo por pesquisadores da área da educação e docentes das escolas públicas, com a publicação dos achados teórico-práticos, a fim de se incrementar a produção do conhecimento sobre o PEI e a avaliação do alunado com necessidades educacionais especiais.

A falta de um Plano Individualizado, pode dificultar a inclusão escolar, tendo como consequência um desempenho reduzido dos alunos e pouco avanço em seu percurso de escolarização, justamente pela dificuldade de professores e equipe escolar de elaborar objetivos e metas a serem alcançadas para seu desenvolvimento educacional e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Cynthia Loureiro et al. **Formação de professores do Programa Escola Integrada (PEI) na perspectiva da educação especial e inclusiva**. 2019.

BARROS, Alessandra Belfort et al. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva—PNEE/PEI: análise do processo de implementação em São Luís/MA (2008-2015)**. 2019.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, n. 1, p. 1-26, 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** — LDB. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2013.

LIMA, Letícia Aparecida Alves; FERREIRA, Ana Eliza Gonçalves; DA SILVA, Marcus Vinicius Gonçalves. O Plano Educacional Individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. **Educação em Perspectiva**, v. 9, n. 1, p. 127-141, 2018.

MAGALHÃES, Tamara França de Almeida; CORRÊA, Roberta Pires; CAMPOS, Érica Costa Vliese Zichtl. O Planejamento Educacional Individualizado (pei) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 14, n. 4, p. 101-125. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12007>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 205, p. 12-22, 2018.

O'BRIEN, C. L.; O'BRIEN, J. The origins of person-centered planning. A community of practice perspective. Responsive systems associates from the center on human policy. **Syracuse University for the Research and Training Center on Community Living**. 2000. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED456599.pdb>>. Acesso em: 10 ago. 2018

PEREIRA, Debora Mara; DE PAULA NUNES, Débora Regina. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 939-980, 2018.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas críticas**, v. 18, n. 35, p. 193-208, 2012.

REDIG, Annie Gomes; DE CARVALHO MASCARO, Cristina Angélica Aquino; DA SILVA DUTRA, Flávia Barbosa. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais brasileiros**. 2020.

VALADÃO, Gabriela Tannus. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial**: Propostas oficiais na Itália, França, Estados Unidos e Espanha. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)– Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VALADÃO, Gabriela Tannus. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado**: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.